

Campanha dos Bancários garante unidade, aumento real, direitos e novas conquistas

A Campanha Nacional de 2026 garantiu todos os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), novas conquistas e aumento real de 0,60%, em 2026 e 2027, para salários e demais verbas.

“O acordo de dois anos, com todos os direitos mantidos e aumento real, ganha mais importância com a indefinição eleitoral, no qual a escolha feita impactará indubitavelmente a negociação coletiva, direitos e o futuro dos bancos públicos. A defesa dos bancos públicos e a luta contra a privatização é uma bandeira do Sindicato, uma vez que impacta empregos, condições de trabalho, salários, atendimento e políticas públicas. Seguirá sendo uma pauta da classe trabalhadora e não podemos compactuar com um projeto que vá na contramão dessas premissas”, aponta a presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro.

“É importante lembrar que, em 2019, o governo Bolsonaro tentou impor para a categoria a jornada 6x1, com a MP 905, que liberava a abertura dos bancos aos sábados. Foi nossa mobilização que conquistou um acordo junto à Fenaban, neutralizando a MP 905”, lembra a dirigente.

Construção coletiva e democrática

A Campanha começa bem antes das negociações. Tem início com a Consulta Nacional; passa pelas conferências estaduais; congressos de bancos públicos, encontros de bancos privados; e a construção e aprovação da pauta na Conferência Nacional, seguida pela entrega aos bancos.

Só então têm início as negociações. Neste ano, foram 13 mesas, nas quais os banqueiros atacaram a mesa única e tentaram, a todo custo, impor um arrocho salarial. O Comando Nacional enfrentou os banqueiros com firmeza e respon-

sabilidade, resultando na manutenção da unidade; preservação da CCT; avanços; e aumento real.

“Sempre lutamos pelo melhor para a categoria. Sabemos que os bancários merecem mais, mas é nosso dever agir com responsabilidade, entendendo a conjuntura e avaliando quando a negociação se esgota. A Campanha não se resume ao reajuste. Temos de defender o nosso maior patrimônio, a CCT, que prevê 85% dos direitos acima da CLT. Com muita luta mantivemos nossas conquistas históricas e avançamos em pautas importantes”, diz Neiva Ribeiro.

“É preciso alertar ainda que, a depender das eleições, nossos direitos podem estar ameaçados e os bancos públicos na mira da privatização. Fique atento para não fazer do voto um cheque em branco para a retirada dos seus direitos”, conclui.

Avanços em cláusulas sociais e de saúde

Saúde mental: participação dos sindicatos no Programa de Gerenciamento de Riscos Psicosso-

ciais, da nova Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), com objetivo de reduzir o adoecimento mental.

Combate ao assédio: o banco disponibilizará canal de combate ao assédio moral, sexual e racismo para receber também denúncias sobre atos praticados por clientes.

Monitoramento digital: transparência e limites à vigilância a partir de ferramentas de monitoramento digital no trabalho e direito ao feedback.

Direito à desconexão: tempo fora da jornada respeitado, sem obrigação de atender ou responder mensagens, seja de clientes ou gestores.

Programa de indenização, qualificação e recolocação: Em caso de demissão de bancários em virtude do fechamento de uma agência, ficaram acordadas duas medidas:

- Programa de requalificação e recolocação profissional, com planos individualizados e cadastro em banco de talentos;

- Indenização adicional, que pode chegar até nove salários.



Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, assina a CCT 2026/2028 (Foto: Seeb-SP)

Financiários renovam sua CCT com aumento real, direitos e conquistas

Os financeiros da base do Sindicato aprovaram, no dia 9 de outubro, com 87,32% dos votos, a proposta de acordo para renovação da sua Convenção Coletiva de Trabalho, conquistando a reposição total da inflação (INPC) mais 0,20% de aumento real, em 2026 e 2027, para salários e demais verbas. Em relação à PLR, foi conquistada a manutenção da atual regra, com reajuste de 25% na parcela adicional.

“A participação dos financeiros na campanha aumentou exponencialmente. Agradecemos cada trabalhador. Seguiremos lutando, juntos, por melhores condições de trabalho, contra as metas abusivas, contra o assédio e na defesa da saúde. Para avançarmos cada vez mais, é fundamental que cada financeiro faça a sua sindicalização, fortalecendo a luta e a nossa representação. O Sindicato está de portas abertas, sempre à disposição dos trabalhadores”, diz a secretária-geral do Sindicato, Lucimara Malaquias.

Entre os avanços nas cláusulas sociais estão: cláusula sobre teletrabalho e avanços no debate sobre gestão ética da tecnologia; comissões paritárias sobre a NR-1, ampliando o espaço de acompanhamento e debate sobre riscos psicossociais e proteção à saúde; e a garantia do trabalhador se ausentar por até cinco dias, a cada 12 meses, para exames preventivos de câncer e vacinação contra HPV.



Proposta aprovada foi apresentada em negociação no dia 30 de setembro (Foto: Contraf-CUT)

Bancários e financeiros seguem na luta por direitos, saúde e regulamentação do sistema financeiro

Encerrada as campanhas dos bancários e financeiros, a luta não termina. Ela é permanente e são muitos os desafios a serem enfrentados:

- Proteger a CCT e combater o esvaziamento da categoria, contratações fraudulentas, terceirizações, demissões e a retirada da proteção aos trabalhadores hipersuficientes.
- Lutar por uma regulamentação do sistema financeiro que reconheça os trabalhadores de fintechs, instituições de pagamento e cooperativas de crédito como bancários, com direito a todos as conquistas da CCT.
- Lutar por uma gestão ética da tecnologia, de forma que empregos não sejam extintos e que trabalhadores também possam usufruir dos avanços tecnológicos.
- Pressionar por medidas de combate a crimes cibernéticos, que lesam tanto clientes como bancários.

- Lutar contra o fechamento de agências, garantindo atendimento de qualidade e condições de trabalho adequadas.
 - Combater a violência de gênero, a misoginia e toda forma de discriminação, dentro e fora do trabalho.
 - Garantir a inclusão de mais mulheres na área de TI.
 - Assegurar o pleno direito à desconexão.
 - Participação dos trabalhadores na gestão de riscos psicossociais nos bancos (NR-1).
 - Defesa da democracia, da diversidade, do PIX e da soberania nacional.
- “Seguiremos mobilizados e lutando por melhores condições de trabalho e valorização não só para os bancários e financeiros, mas também para toda a classe trabalhadora. Nossa luta não termina com o fim da campanha. Ela é permanente e acontece dia após dia”, enfatiza Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato.

Vitória dos trabalhadores! Fim da escala 6x1 aprovado!

Foi aprovada no Senado, em 14 de outubro, a PEC 221/2019, que acaba com a escala 6x1, garantindo ao trabalhador dois dias de folga na semana, com redução da jornada para 40 horas, sem redução salarial.

O fim da escala 6x1 é uma vitória do Sindicato, Contraf-CUT, CUT, de toda a classe trabalhadora e do governo Lula, que desde o início dos debates encabeçou a luta pela sua aprovação.

“O fim da escala 6x1 é uma vitória histórica para os trabalhadores. A redução da jornada, sem redução dos salários, é uma bandeira que está presente de forma central na organização da classe trabalhadora desde a fundação da CUT, que nasceu da luta por mais dignidade, direitos, valorização e qualidade de vida para os trabalhadores. É uma vitória também do presidente

Lula, que assumiu como prioridade máxima de governo proporcionar mais um dia de folga para o povo trabalhador deste país”, celebra a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.



PEC 221 teve 75 votos a favor e apenas 1 contra nos dois turnos no Senado (Foto: Jonas Pereira/Agência Senado)

A luta na Caixa: das negociações até o dissídio

A negociações com a direção da Caixa foram especialmente complexas e duras, principalmente por conta dos desafios relacionados à sustentabilidade do Saúde Caixa.

Após as negociações, os empregados da Caixa rejeitaram proposta do banco em assembleia, em 4 de setembro, e aprovaram greve a partir do dia 10 do mesmo mês, cuja forte adesão fez com que o banco público apresentasse novas propostas: uma rejeitada em assembleia no dia 11 de setembro e, outra, rejeitada no dia 21 do mesmo mês.

Diante do impasse, a Caixa ingressou com dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST) no dia 24 de setembro, após mediação solicitada pelo Ministério Público do Trabalho não chegar a um acordo entre as partes.

Tão logo a Caixa ingressou com o dissídio, o Sindicato convocou plenária para esclarecimento dos trabalhadores sobre como se daria o processo no TST e também sobre o pleito apresentado em juízo pelo banco público, que recuava em relação a avanços conquistados no processo negocial. Após a Contraf-CUT apresentar sua contestação ao TST, o Sindicato convocou nova plenária para esclarecer a estratégia de defesa.

Por fim, o dissídio foi julgado em 29 de setembro. A Contraf-CUT apresentou uma defesa consistente, baseada justamente na relevância da CCT e do ACT, reconhecida pelos magistrados.

Na sentença normativa, válida por dois anos, foram preservados parâmetros fundamentais conquistados pela categoria, como o reajuste com aumento real e a PLR, tendo como referência as condições previstas na CCT e ACT anterior (2024/2026). Ao mesmo tempo, é importante destacar que houve retrocesso em relação ao Saúde Caixa. Do ponto de vista econômico, a proposta anterior era mais favorável aos empregados.

A sentença normativa encerrou a greve na Caixa, que mobilizou os empregados por 20 dias, desde o início com organização e apoio do Sindicato.

“O Sindicato, a cada proposta apresentada, agiu com responsabilidade. Não poderíamos nos furtar de apresentar aos empregados nossa avaliação sincera sobre as propostas e o estágio do processo negocial. O dever do Sindicato é ser responsável e transparente com os trabalhadores, por mais difícil que seja a decisão a ser tomada”, enfatiza a presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro.

Sentença normativa não é igual a ACT

Neste momento, os trabalhadores da Caixa não contam com um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) assinado, e sim com uma sentença normativa proferida no TST.

Uma sentença normativa não é objeto de deliberação. Cabe apenas a representação sindical, aos empregados e ao banco cumpri-la. Além disso, conforme destacado pelo ministro Maurício Godinho, relator do dissídio no TST, se daqui dois anos ocorra novo dissídio, este não terá mais como base o ACT anterior.

“No julgamento do dissídio – no qual a Contraf-CUT teve papel central para que fossem preservados os direitos contidos no ACT – o

ministro Maurício Godinho destacou a importância da negociação coletiva, à eficiência das nossas entidades sindicais, referências para o Brasil e o mundo. Seguiremos juntos, buscando sempre o melhor para os empregados da Caixa. Lutando pela sustentabilidade do Saúde Caixa, de forma que o plano seja acessível para todos os trabalhadores, da ativa e aposentados”, diz Neiva Ribeiro.

“Nossa tarefa para os próximos dois anos é reconstruir as bases para a celebração de um novo ACT em 2028, que contemple os desafios dos empregados do banco público. O Sindicato estará totalmente empenhado nessa tarefa e cobrará a direção da Caixa nesse sentido”, conclui.



Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato, durante grande ato na Avenida Paulista da greve dos empregados da Caixa (Foto: Seeb-SP)



Luiza Hansen, dirigente do Sindicato e coordenadora da CEE/Caixa



Chico Pugliesi, diretor executivo do Sindicato e empregado da Caixa, em ação no primeiro dia de greve (Foto: Seeb-SP)



Sindicato promoveu uma grande caminhada pelas ruas do centro de São Paulo na greve dos empregados da Caixa (Foto: Seeb-SP)

Campanha: Luta e direitos conquistados



NEIVA RIBEIRO

Presidenta do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

Mais que um reajuste, a Campanha dos Bancários colocou em disputa a manutenção da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), a unidade nacional da categoria e a preservação de direitos construídos ao longo de décadas.

A força da organização sindical e da unidade nacional é essencial para proteger a CCT e conquistar reajustes acima da inflação. Essa política é fundamental para preservar o poder de compra, garantir avanços econômicos e assegurar participação nos lucros aos trabalhadores.

Por outro lado, a disputa na mesa de negociação vai além do reajuste: trata-se de definir quanto riqueza do setor financeiro será distribuída entre os trabalhadores.

Em um setor que movimenta bilhões, cada fração do índice tem impacto sobre a remuneração e sobre os resultados dos bancos. Cada 0,5 ponto percentual pode representar bilhões. Essa é uma parte da disputa: a parcela da riqueza que fica com os acionistas e aquela que retorna aos trabalhadores. A negociação coletiva é uma disputa pela distribuição da riqueza e pelo valor do trabalho.

Foram mais de dois meses de negociação, marcados por impasses, ameaças dos banqueiros e tentativas de divisão da categoria. Estavam em disputa a CCT, a unidade nacional, direitos e a capacidade de negociação coletiva em um sistema financeiro cada vez mais concentrado e submetido à lógica do corte de custos.

A estratégia encontrou resistência na nossa organização nacional. A unidade entre trabalhadores de bancos públicos e privados foi preservada e, ao final, a proposta aprovada trouxe reposição da inflação (INPC) mais 0,6% de aumento real em 2026 e 2027 para salários e demais verbas.

O reajuste conquistado pela categoria, de 4,6% — INPC mais 0,6% de ganho real — representa acréscimo anual de cerca de R\$ 3,35 bilhões na economia. A massa salarial anual da categoria soma R\$ 76,2 bilhões.

Só a PLR conquistada deve injetar cerca de R\$ 9,1 bilhões na economia até março de 2027. O reajuste nos vales alimentação e refeição terá impacto adicional de R\$ 500 milhões em um ano. Hoje, o valor total anual destes auxílios soma R\$ 11,4 bilhões.

Considerando o reajuste salarial, dos tickets, a PLR e o bônus/prêmio nos bancos públicos, o impacto da negociação coletiva será de aproximadamente R\$ 13,45 bilhões adicionais em 12 meses. Já o total recebido anualmente pelos bancários chega a R\$ 97 bilhões.

Na Caixa, a campanha também revelou a complexidade de um dos temas mais sensíveis para os empregados: o Saúde Caixa.

É importante reconhecer o esforço dos empregados e entidades sindicais na busca de uma solução para uma questão que envolve sustentabilidade, custeio e assistência à saúde. Ao mesmo tempo, o debate reforça a necessidade de fortalecer a organização e a unidade dos empregados para recuperar o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O ACT é um patrimônio construído ao longo de anos e representa importante segurança para a categoria.

Essa construção coletiva se mostrou fundamental no dissídio, que o Sindicato buscou evitar ao máximo, mas que acabou instaurado a pedido da Caixa. A própria sentença normativa evidenciou a importância da CCT e do ACT na preservação dos direitos.

Mesmo diante de uma negociação complexa, a organização dos empregados e a atuação das entidades foram fundamentais. No julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST), a mobilização contribuiu para a preservação da maioria dos direitos conquistados em décadas de negociação, reafirmando a importância da unidade e dos sindicatos.

É preciso manter e fortalecer a mobilização, reorganizar a pauta e seguir lutando pela preser-

vação e ampliação dos direitos, valorização do trabalho e por uma distribuição justa da riqueza produzida pelos empregados.

A Campanha dos Bancários mostra que a unidade nacional continua sendo um dos principais instrumentos de proteção da categoria. Em um sistema financeiro marcado pela concentração, transformação tecnológica e redução de custos, a fragmentação dos trabalhadores reduziria sua capacidade de negociação. É a organização coletiva, construída a partir da unidade, que preserva direitos, enfrenta desafios e amplia a capacidade de defender não apenas salários e condições de trabalho, mas também um sistema financeiro comprometido com a população, o desenvolvimento do país e a redução das desigualdades, e não orientado só pelos interesses dos acionistas.

O futuro da CCT e dos direitos também passa pelas eleições

As escolhas feitas nas urnas influenciam os rumos das políticas econômicas, trabalhistas e sociais, além do papel do Estado na regulação do sistema financeiro. Por isso, a participação política e a defesa da democracia são dimensões fundamentais da luta sindical.

A categoria deve considerar projetos comprometidos com o direito dos trabalhadores e a livre organização sindical, com sindicatos fortes, capazes de negociar, mobilizar e defender direitos.

É preciso rejeitar retrocessos, como a retomada do trabalho bancário aos sábados ou a precarização das relações de trabalho por meio de formas de contratação que fragilizam direitos, a exemplo da remuneração por hora trabalhada.

Também é fundamental defender a igualdade salarial entre homens e mulheres e o fortalecimento dos bancos públicos, essenciais para o desenvolvimento, oferta de crédito e políticas públicas.

Preservar conquistas, ampliar direitos e construir um sistema financeiro comprometido com a população exige organização, mobilização e consciência sobre o impacto das escolhas políticas no presente e no futuro da categoria.